

Genealogia do discurso midiático sobre a exploração do trabalho infantil

(The genealogy of the media discourse about the exploration of the childish work)

Rosemere de Almeida Agüero

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

raaguero@gmail.com

Abstract: The power, knowledge and resistance and their effects on the bodies are a lot used in the whole work of Foucault. To the theoretic, the power exercises itself on the bodies in a continuous form, submitting the subjects by own strategies. Although the effects of the power on the bodies set conducts and determine actions, Foucault does not observe the power only in a negative manner; he recognizes that the power can reveal itself productively, creating knowledge and stimulating the subjects to develop habits that propitiate new manners of living, fighting against all the ways of domination. If knowledge and power are inseparable, to Foucault, where there is power there is resistance. This one express itself in a continuous way, in subjects that fight, constantly, seeking the freedom of the bodies and the reconstruction of own power, beginning from the resistances that are in the question. With base on Foucault, this study aims to analyze aspects of knowledge, power and resistance present in *corpus*, constituted of ten reports of which thematic is the exploration of the childish work, exhibited in the TV media from MS. Once the subjects build their identities in the discursive and institutional displays, this work seeks to present how the technologies of the subjectivity operate in the constitution of the subjects.

Key-words: media; power-knowledge; resistance; childish work.

Resumo: O poder, saber e resistência e seus efeitos sobre os corpos mostram-se recorrentes em toda a obra de Foucault. Para o teórico, o poder se exerce sobre os corpos de forma contínua, submetendo os sujeitos por meio de táticas e estratégias próprias. Essas táticas agem, na sociedade, por meio de ações que ocorrem entre os grupos sociais ou entre os indivíduos.. Embora os efeitos do poder atuem sobre os corpos, de modo a estabelecer condutas e determinar ações, Foucault não observa o poder apenas de forma negativa; reconhece que ele pode manifestar-se produtivamente, gerando saberes. A aquisição de novos saberes produz sujeitos, cada vez mais conscientes, que lutam contra todas as formas de dominação. Se saber e poder são indissociáveis, para Foucault, onde há poder, há resistência. Esta se manifesta de forma contínua, por sujeitos que lutam, constantemente, buscando a libertação dos corpos e a reconstrução do próprio poder, a partir das resistências que lhe fazem frente. A partir do pensamento de Foucault, este estudo objetiva analisar aspectos do saber, poder e resistência presentes num *corpus*, constituído por dez reportagens, cuja temática é a exploração ao trabalho infantil, exibidas na mídia televisiva de Mato Grosso do Sul. Partindo da idéia que os sujeitos constroem suas identidades com base nos aparatos discursivos e institucionais, busca-se mostrar como as tecnologias da subjetividade operam na constituição dos sujeitos. Espera-se, com este estudo, trazer mais luzes às questões do saber, poder e resistência aqui tratadas.

Palavras-chave: mídia, poder-saber, resistência, trabalho infantil

Identities in crisis in the contemporary world

Not many theories discuss the subjectifications and identities of modern individuals in relation to the perception of the world as living a crisis of identity. This crisis is characterized by the rupture and displacement of social structures related to ethnicity, gender, sexuality, national cultures, among others. These changes in the structure of society end up affecting individual identities, undermining, by extension, the idea that subjects have of themselves, displacing or decentralizing their identities as subjects, a result of “a world that is increasingly fragmented, divided, dispersed, despite globalizing tendencies” (CORACINI, 2003).

Hall (2005, p. 8) shares the thought that identities in the contemporary world are decentralized, displaced and fragmented. Contrary to the enlightening thought of unified and stable individuals, the modern subject is affected by deep changes in social structures. In this sense, he sketches, at times, not one, but various contradictory or non-resolvable identities. For the scholar, the subject in contemporaneity does not have a permanent identity, in this way “Identity becomes a ‘mobile celebration’, formed and transformed continuously in relation to the forms by which we are represented or interpellated in the cultural systems that surround us” (Idem, p. 13).

Besides being a phenomenon proper to globalization, Hall attributes this displacement of the Cartesian subject to five major decentrations, which modified social structures: the revolution of thought starting from Marxist traditions and the “anti-humanism of theory” (HALL, 2005, p.36); the discovery of the unconscious, by Freud; the work of Ferdinand de Saussure, starting from his conception of language as a social system, external to the individual; the work of Michel Foucault, whose genealogy of the modern subject highlighted the power of discipline as the creator of new forms of subjectification, based on isolation, surveillance and individualization of subjects and the feminist revolution, which, together with the student revolts, contested politics, the family, work, social relations, the formation of sexual and gender identities. These issues were crucial for the formation of “[...] open, contradictory, unfinished, fragmented subjectivities of the post-modern” (HALL, 2005, p. 46).

Contributing to the process of cultural homogenization, inaugurated, in parallel, in contemporaneity by another phenomenon, the result of the influence of mass technologies in public life. The phenomenon was created around the society of the media, spectacular, articulated around the audio-visual technology, which had the task of making circular, through images, the ideal of a common globalizing project, transforming almost everything that happened in public life, into a spectacle. It was instituted, in society, in the era of “image, of appearance and of being seen”, in the terms of Piovezani Filho (2003, p. 51).

Television, a popular electronic medium, emerged as the great “star” of this phenomenon, called *espetacularização*. Making an echo in the globalized world, it inaugurated a form of communication that privileged verbal wit, verbal games, the language of the discourse, the brief, discontinuous, fragmented, appropriating the public speech and adapting it to the intended objectives, through techniques linked to mass communication. As linguistic practices in the public sphere, they definitively transformed themselves,

reguladas pela lógica dos imperativos financeiros vinculados ao custo do tempo dos programas.

Desse modo, na contemporaneidade, novas formas de poder inauguraram-se ligadas à produção, à circulação e à capacidade de apropriação das imagens e do tempo midiático. Para Courtine (2003, p. 23), “O reinado das formas breves é [...] o primeiro elemento dessas recentes transformações da fala pública”. Valendo-se de estratégias discursivas, tais como a utilização de falas curtas, de sintaxe enxuta, de um falar mínimo adequado ao exíguo tempo midiático inaugurou-se uma estratégia baseada numa simplicidade calculada, própria ao consumo da grande massa. Tempos modernos em que se aplaudiu o “indivíduo-espetáculo”. Vestígios de uma sociedade globalizada e regulada pela comunicação.

Charaudeau (2006) observa que, contemporaneamente, a mídia constrói engenhosamente os sentidos sociais, jogando com discursos que mesclam o emocional à dimensão do espetáculo. Dessa forma, acaba por impor à sociedade os sentidos que constrói a partir dos efeitos que pretende obter. Charaudeau (Idem, p. 18) observa ainda que, na contemporaneidade, as mídias apresentam-se à sociedade como instância de denúncia do poder. Dessa forma, tomam para si a tarefa de agentes políticos. De acordo com Piovezani Filho, esta foi uma tendência inaugurada a partir do caso *Watergate*. Para o estudioso (Idem, p. 57), “Desde o caso *Watergate* observa-se a intensificação do exercício midiático na/sobre a política, por meio de supostos mecanismos de desvelamento de suas mentiras e de seus segredos”. Aproveitando-se de um espaço público invadido por suspeitas, denúncias e escândalos, a mídia ganhou espaço, tomando para si a função de representar a sociedade, assumindo-se como porta-voz da vontade popular e falando a partir de um *simulacro* do que seria essa vontade.

Courtine (2006, p. 24) aponta outro fenômeno transformador das práticas linguageiras na esfera pública. É *política da vida privada* fundamentada em torno da exibição da intimidade pessoal e doméstica, das menores vibrações do corpo e da fisionomia, incansavelmente perscrutados pelo telespectador, atento aos menores deslizes. Para Courtine (2006, p. 25) “As técnicas audiovisuais [...] promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto, da expressão. Elas fizeram do corpo um objeto-farol [...]”.

A pedagogia do corpo: do poder das disciplinas às tecnologias de controle

Na perspectiva da mídia televisiva, o corpo ganhou uma nova dimensão. A eloquência da oratória cedeu lugar ao comedimento discursivo, cujo palco restringiu-se ao espaço dos estúdios. Nesse sentido, o corpo deve ser educado, controlado, pois está sujeito ao exame minucioso, detalhado, por parte do telespectador. O rosto tornou-se verdadeiro objeto de fetiche para as câmeras, incansáveis na busca de “uma emoção, fingida ou sentida” (COURTINE, idem, p. 29). Decorrente dessas novas práticas linguageiras, surgiu a necessidade de exercitar o autodomínio do corpo, dos gestos, do discurso, da voz, num esforço contínuo para atingir a “naturalidade televisiva”.

Embora as técnicas de observação do público, assim como o autodomínio do corpo pareçam ser práticas contemporâneas, a relação entre os sujeitos e o poder baseada em mecanismos de vigilância, punição e controle dos corpos estiveram sempre presentes na sociedade.

Foucault e Deleuze, em momentos diferentes, analisaram as formas de aplicação desse poder e os mecanismos dos quais se utilizavam para a docilização dos sujeitos. O corpo submisso, transformado, docilizado e controlado em face de práticas de poder foi objeto de estudo de Foucault, que mostrou em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2004 a), que a sociedade moderna, por meio de práticas disciplinares, construiu um sistema de poder baseado no controle e na submissão dos corpos.

Para Foucault, nos séculos XVII e XVIII inaugurou-se, na sociedade, o *momento das disciplinas*, que, de forma institucional, se servia da vigilância nas prisões, escolas, hospitais, quartéis e outras organizações, fabricando corpos submissos, por meio de uma sujeição implantada nos indivíduos que se sabiam observados.

O *Panóptico*, de Jeremy Bentham, foi a arquitetura escolhida para a vigilância e servia para “[...] assegurar uma vigilância que fosse ao mesmo tempo global e individualizante separando cuidadosamente os indivíduos que deviam ser vigiados.” (FOUCAULT, 2004 a, p.216). O *Panóptico* representou, até o início do século XX, um modelo de exercício de poder, cuja técnica disciplinar garantia a subordinação e o adestramento espontâneo do sujeito a um poder que agia sobre ele.

Alguns anos depois, Deleuze (1992, p. 219-26), irá formular a teoria de uma nova ordem social que irá denominar de *sociedade de controle*. Para o teórico, foi na segunda metade do século XX – após a Segunda Guerra Mundial – que *as sociedades disciplinares* deram lugar às *sociedades de controle*. Essas forças estariam identificadas com mudanças que aconteceram por todo o mundo capitalista, ligadas principalmente às inovações tecnológicas. O uso dessas novas tecnologias para o controle social tornou-se a mais nova expressão do exercício do poder na sociedade moderna.

Os mecanismos de vigilância aprimoraram-se e passaram de um caráter institucional para o de uma vigilância geral. A proliferação de câmeras de vídeo em muitos espaços sociais, de aparelhos celulares, cartões de crédito e da comunicação pela Internet facilitaram o exercício de mecanismos de vigilância e controle cada vez mais eficientes.

Nas sociedades disciplinares o poder disciplinador presentificava-se no interior das Instituições com o objetivo de instaurar a disciplina e, conseqüentemente, um padrão comportamental rotineiro. No modelo social de Deleuze, o controle passa do âmbito local – restrito à extensão dos olhos e do ouvido humanos – para um âmbito supra-local, estendendo-se para todos os espaços da vida pública. Não há mais um espaço restrito para que o poder se faça sentir; pelo contrário, ele se faz presente em todos os lugares. Por conseguinte, é mais perverso, mais controlador, porque se sustenta no aparato das novas tecnologias de informação. O símbolo do controle passa a ser a *web*, a rede digital de comunicação mundial, que concentra toda a informação dos indivíduos em bancos de dados. O princípio da docilidade continua, no entanto, o mesmo, pois os indivíduos entregam voluntariamente seus dados à vigilância.

As estratégias desse poder controlador passam a organizar-se em torno da importância que o conhecimento e a informação ocupam na sociedade mundial. O sucesso de quaisquer atividades vincula-se à capacidade do uso de informações e dos conhecimentos que as sociedades conseguem aglutinar.

Esse processo de distribuição de informações pela rede de comunicação é mais um elemento estruturador da Globalização, pois acaba interligando mercados e países, que se comunicam permanentemente pela rede.

Estabelecem-se, portanto, novos mecanismos de vigilância e controle, amparados na tecnologia da informação. O poder disciplinador continua impositivo, embora não implique práticas de adestramento físico, mas faz-se presente na sociedade por meio da necessidade de se dominar a comunicação e a informação nas relações sociais.

Quando se fala que, nas sociedades de controle, os *muros* declinaram, dá-se uma falsa idéia de que a ideologia do confinamento entrou em colapso com a queda destes. Para Deleuze (1992, p. 224), o homem confinado da sociedade disciplinar passou a ser o homem endividado, na sociedade de controle. Para o teórico, do confinamento ao endividamento, os mecanismos de sujeição permaneceram os mesmos.

Mecanismos como o sistema de venda a crédito, a exigência do pagamento antecipado do aluguel, o sistema de poupança, de assistência médico-hospitalar, de aposentadoria, de Imposto de Renda, as modernas formas de empréstimos bancários são formas de endividamento e de controle do operariado. O controle é aí exercido de maneira branda, assumindo uma roupagem libertária. Desse modo, o indivíduo assume uma hipoteca permanente com o mercado e com as Instituições, permanecendo igualmente confinado no interior delas.

Todavia, mesmo reconhecendo os mecanismos que regulam as relações entre os sujeitos e o poder, Foucault (2004 a, p. 136) alerta que os sujeitos não são passivos às suas determinações: “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”. Assim, segundo o filósofo, nenhum poder é permanente. E exatamente pelo seu caráter transitório, é sujeito a falhas, por “[...] onde é possível a substituição da docilidade pela meta contínua e infindável da libertação dos corpos.” (GREGOLIN, 2003, p. 101).

Pensando nessa meta de libertação dos corpos, contemporaneamente identificamos na sociedade diversas formas de resistência, articuladas em torno de ações criativas, de enfrentamento contra todas as formas de dominação social. Essas lutas acontecem por todo o espaço da vida cotidiana, em uma tarefa política incessante, na qual todos estão envolvidos. O objetivo maior é a construção de novas relações sociais e o desaparecimento de determinada forma de poder, normalmente opressiva.

A genealogia do poder, saber e resistência

Embora reconheça a existência de uma relação de forças em todo o corpo social e de um embate ininterrupto entre dominantes e dominados que poderia, num primeiro momento, aproximá-lo do pensamento de Marx e seguidores, Foucault faz questão de se distanciar desse ideário que, na concepção do filósofo “[...] privilegiaram o aparelho de estado como alvo de luta” (FOUCAULT, 2004 a, p. 149).

A relação de forças foucaultiana aponta em direção a um embate que ocorre entre grupos sociais organizados ou entre indivíduos, cuja ação é praticada entre si, umas sobre as outras. As ações ocorrem imediatamente como formas de reação ao poder

manifesto, de múltiplas maneiras. O alvo aqui não é o Estado, uma vez que, para Foucault, o poder não se concentra unicamente no aparelho estatal, mas está presente em todos os campos da vida social, regulando os corpos.

Em quaisquer casos, haverá sempre um grupo ou indivíduo detentor do poder, da lei que o ampara e de um discurso proferido a partir de um “lugar” socialmente reconhecido. De outro lado, estarão aqueles que se encontram fora das convenções socialmente aceitas e do poder institucionalizado.

Embora os efeitos do poder atuem continuamente sobre os corpos de modo a estabelecer condutas e determinar as ações dos indivíduos, o estudioso não pensa o poder apenas de forma negativa. Pelo contrário, reconhece que o poder pode se manifestar de forma produtiva, gerando saberes:

[...] tenho a impressão de que existe, e tentei fazê-la aparecer, uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder. [...] exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, quotidianamente o poder, e o poder econômico. O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta “efeitos” de poder. (Idem, p. 141-2)

Assim, o exercício do poder sobre os corpos gera um acúmulo de conhecimentos que acabam contribuindo com o poder institucionalizado, a fim de aumentar a sua força e ampliar seus domínios. O aspecto positivo da aquisição desses novos saberes é, no entanto, o estímulo para que o indivíduo desenvolva novos comportamentos e hábitos que propiciem novas maneiras de viver. Desse modo, o saber acaba determinando novas condições culturais, com sujeitos buscando novas formas de ser e se constituindo em subjetivações renovadas.

A relação poder-saber sempre esteve vinculada ao sucesso político e econômico dos indivíduos. Contemporaneamente essa realidade se perpetua. No momento em que o domínio de modernas tecnologias gera novos saberes, o poder investe cada vez mais nesses conhecimentos cujo domínio está ligado ao sucesso nas transações de mercado e ao controle dos indivíduos. Aglutinar conhecimentos e saber utilizá-los é condição para o sucesso político e econômico nas sociedades contemporâneas.

Foucault (1985) associa a relação saber-poder ao domínio político do corpo. Esse domínio corresponde a um poder microfísico que se espalha pelas instituições sociais, cuja característica é a manutenção do poder por meio da apropriação de saberes. Tais procedimentos permitem, segundo o filósofo, seu reconhecimento, vestindo-os com uma roupagem científica.

Ora, por toda a história da humanidade o poder postulou o discurso científico como dominante, situando-o como o discurso da *verdade*, autorizado pelo domínio de “conteúdos do conhecimento histórico, meticoloso, erudito, exato [...]” (FOUCAULT, idem, p. 170). Em contrapartida, sempre existiram os saberes *dominados*, também permeados por conteúdos históricos, porém de cunho popular e que foram, por questões estratégicas, convenientemente recobertos, ao longo da história, pelos discursos institucionalizados. As estratégias do poder para a desqualificação desses saberes é

exatamente o não reconhecimento, que procura eliminar quaisquer possibilidades de enfrentamento ao discurso dominante.

As práticas discursivas exercidas pelo poder estão sempre relacionadas a um *regime de verdade*. Por *verdade* poderíamos entender “um conjunto de procedimentos regulares para a produção, a lei, a repartição, a articulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1985, p. 14). Para Foucault, a verdade não existe fora do poder. O poder necessita estabelecer verdades para operar essas inúmeras relações de força presentes na sociedade:

Se o poder e o saber são indissociáveis, pode-se dizer, entretanto, que onde há poder, há *resistência* e, no dizer de Foucault (1977, p. 91) “esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. [...] Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder”. Para o teórico, “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 1985, p. 241). Assim, o poder não age de forma imutável, mas pode ser reconstruído a partir das resistências que lhe fazem frente.

Nesse sentido, os indivíduos não são criaturas passivas, automatizadas diante das determinações do poder. Pelo contrário, são ativos e manifestam continuamente atitudes de resistência. Segundo Gregolin (2003, p. 101), “Se só houvesse a escravização, a submissão e a passividade, seria o fim da História”.

A resistência possibilita para além das transformações sociais, a construção de novas subjetividades, que estão em constante processo de transformação. Atinge indivíduos, isoladamente, ou grupos alterando o modo de vida e dividindo a sociedade em pólos que se confrontam. O confronto aqui não se explica sob a ótica de uma grande revolução armada, mas se aplica a “[...] todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, [que] podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria.” (FOUCAULT, 1985, p. 77).

De modo geral, as lutas contra o poder assumem a característica de lutas contra a dominação. Elas possuem, em comum, o fato de atravessarem diferentes lugares, não estando circunscritas a um país ou nação, em particular, e o de estipularem como alvo os *efeitos* do poder, com vistas a reduzir os efeitos de sua dominação.

Subjetivações, poderes e resistência no discurso midiático sobre o trabalho infantil

Tomando-se o pensamento de Hall acerca do sujeito contemporâneo fragmentado e as idéias de Foucault a respeito das técnicas para subjetivação e controle, utilizadas pelo poder, chegamos ao *corpus* de nossa análise, em que se pode verificar o resultado do deslocamento dessas identidades, na produção de indivíduos contraditórios. Essa contradição pode ser observada nos discursos veiculados pela mídia televisiva, construídos a partir da fragmentação de falas e imagens, cujo resultado é a reprodução de reflexos distorcidos do espaço social. Como exemplo, podemos citar os vários discursos das reportagens, quando a mídia televisiva ora legitima o fato de a criança trabalhar, ora se opõe ao trabalho infantil, veiculando falas que propõem uma vida mais substancial à criança. É o que se pode observar nos recortes da 6ª e 3ª reportagens:

6ª Reportagem: Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres

Repórter TV Morena: O Instituto Mirim já encaminhou mais de mil adolescentes, com até dezoito anos, para o mercado de trabalho. Para entrar aqui, eles precisam estudar! A carteira assinada é garantida!

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

- É preciso acabar com o pensamento que criança precisa trabalhar... de estar na rua! Esse debate tem que ser feito para que a criança possa ter direito a freqüentar a escola, direito a ter sua infância e não ter esse trabalho infantil! Consideramos ele penoso e, na verdade não contribui para a formação da criança!

Navarro-Barbosa (2007, p. 97-8), alinhado ao pensamento de De Certeau, em *A invenção do Cotidiano* (1996), considera que o jornalismo televisivo pode ser enquadrado na categoria de sistema de produção cultural, intervindo na sociedade, quanto aos aspectos definidores de sua identidade. Para o autor “A definição do que seja identidade requer considerar que tal noção é um processo de produção e um efeito de discurso” (Idem, p. 101). Assim, mediante discursos contraditórios e antagônicos, como os anteriormente recortados, a mídia televisiva acaba construindo e reafirmando identidades sociais descontínuas e subjetividades paradoxais, em constante transformação.

Outro aspecto encontrado nos dados é o que apontam Held & McGrew (2001), quanto à soberania das nações. De acordo com os autores, as nações nunca foram tão soberanas quanto pretendiam. Essa tendência está claramente sedimentada na contemporaneidade, em que os organismos internacionais se sobrepõem à soberania nacional dos países, atravessando as fronteiras de modo a integrar as organizações em novas compressões de espaço e tempo. O resultado dessas ações é a aceleração dos processos globais, incluindo-se aí a interdição ou a coerção. Desse modo, os eventos locais acabam tendo um impacto e uma resposta imediata dos organismos internacionais. Esse é o fenômeno da infiltração cultural, que pode ser observado na 5ª reportagem:

5ª Reportagem: Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – MS

Repórter TV Morena: Agora entrou em vigor uma Convenção da OIT – Organização Internacional do Trabalho – de comprometimento internacional, em que os países ficam obrigados a eliminar as piores formas de Trabalho Infantil, no país! A desobediência à Convenção pode resultar em sanções morais para o Brasil!

Qualquer pessoa ou entidade pode fazer queixas contra o país na Organização Internacional do Trabalho, se descobrir menores trabalhando nas atividades listadas!

O impacto decorrente da minimização das distâncias e do espaço temporal traz três implicações. A primeira é que a nação passa a ser controlada, nos moldes descritos por Deleuze (1992), por meio das novas tecnologias de informação, usadas para o controle social. Por conseguinte, pode ser punida, com base nesses mecanismos de vigilância e controle. Como resultado tem-se uma cultura assujeitada, cuja idéia de submissão encontra-se dissimulada por uma ilusão de autonomia e liberdade do país.

A segunda implicação é que, em decorrência dessas manifestações do poder, que, neste caso “[...] se exerce continuamente através da vigilância” (FOUCAULT, 1985, p. 187), visto que qualquer pessoa ou entidade pode dar queixa contra o país, ocorre um afrouxamento dos laços de identificação dos sujeitos com a cultura nacional. Os laços de lealdade deslocam-se, criando espaço para identidades partilhadas.

A terceira consequência é que, em razão desses fatores de interdependência global, as identidades nacionais acabam sendo desconstruídas, por meio da franca exposição às culturas externas e da infiltração cultural. Constroem-se, desse modo, subjetivações híbridas.

Um outro olhar possível com relação à construção das subjetivações é o que se lança ao sujeito, compreendendo-o como uma invenção histórica. Esse pensamento permite visualizá-lo não a partir dos efeitos da cultura no meio da qual o indivíduo poderia desabrochar, mas como uma identidade construída nos aparatos discursivos e institucionais que o definirão como sujeito. Esse é o ponto de vista de Foucault, principalmente em suas últimas obras, cuja temática central não são as relações entre saber e poder, mas as práticas subjetivadoras pelas quais o indivíduo se torna sujeito de si (ARAÚJO, 2000, p. 88). Para Foucault, o sujeito é produto de uma construção no decorrer da história, de árduos e conflituosos acontecimentos discursivos, epistêmicos e práticos.

Partindo da idéia de que os sujeitos constroem suas identidades com base nos aparatos discursivos e institucionais, chega-se novamente ao *corpus* e à investigação do modo como as tecnologias da subjetividade operam no processo de constituição desses sujeitos. Ao examinar as entrevistas, observam-se as táticas utilizadas pelo poder-saber para a constituição das subjetividades infantis. Uma dessas táticas é a medição, a categorização, a organização estatística, a listagem dessa população, que a coloca como alvo do exercício do poder, representado pelos órgãos governamentais:

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande

Douglas faz parte de uma estatística, aqui em Campo Grande, da *Delegacia do Trabalho*, que revela que cerca de seis mil adolescentes menores trabalham, em Campo Grande [fazendo] serviços mecânicos, domésticos, vendedores ambulantes.

4ª Reportagem: Crianças Trabalhando nos Lixões em Campo Grande - MS

A estimativa, na época, é que trabalhavam em regime de escravidão pelo menos 50 mil crianças e adolescentes, no Estado.

Esta é uma forma de compreender o mundo, herdada, historicamente, do Positivismo. Essa prática ampara-se no cientificismo para interpretar as realidades sociais, transformando-as em verdades absolutas, porque podem ser comprovadas pela ciência. Na busca dessa comprovação, utiliza-se a estatística, a contabilização por meio de números, pois são medidas racionais que independem de quaisquer implicações de ordem subjetiva e que, por isso, dão certeza de sua validade (BIRARDI; CASTELANI; BELATTO, 2008).

Considerando que os discursos do *corpus* analisado são representativos da contemporaneidade e resultam de um complexo de ideologias exteriorizadas por um conjunto de práticas discursivas, que se perpetuaram, chegando aos dias atuais, é necessário compreender como a infância passou a ser o alvo dessa governamentalidade.

Para Foucault (1985, p. 293), a idéia da governamentalidade ou de um “Estado de Governo” tem sua emergência na modernidade e caracteriza-se por ter “[...] essencialmente como alvo a população [...] utiliza a instrumentalização do saber econômico [e] corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança”. Na prática tem-se a presença do Estado, amparado por uma estrutura jurídica, em que o aspecto legal e o controle biológico dos sujeitos se articulam, num conjunto de direitos sociais criados por políticas estatais. Constroem-se discursos onde, na aparência, os direitos da sociedade se sobressaem, entretanto os princípios da governamentalidade é que se sobrepõem.

Seguindo os princípios da governamentalidade, observa-se, no *corpus* analisado, a preocupação com a infância, não apenas do Estado de Governo, mas de outras organizações sociais e instituições não-governamentais que manifestam o propósito de tomá-la também ao seu encargo. Esses organismos passam a preocupar-se não apenas com a educação, mas com a saúde, com os números estatísticos desses grupos representativos, que formam parte dessa população. Manifesta-se, na prática, a ação do triângulo “[...] soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal [...]” (FOUCAULT, 1985, p. 291). É o que se observa nos fragmentos que se seguem:

1ª Reportagem: Crianças Catadoras de Isca no Pantanal de MS

Ana Paula Padrão (Rede Globo): O combate ao trabalho Infantil é uma conquista da cidadania nos últimos dez anos, mas depende do dinheiro e agilidade da “máquina do Estado”.

Mostramos as imagens para a Coordenadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Mato grosso do Sul.

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

Uma das preocupações das autoridades que lutam para erradicar o trabalho infantil no Estado é com a saúde de pequenos trabalhadores.

5ª Reportagem: Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – MS

Repórter TV Morena: Agora entrou em vigor uma Convenção da OIT – Organização Internacional do Trabalho – de comprometimento internacional, em que os países ficam obrigados a eliminar as piores formas de Trabalho Infantil, no país! A desobediência à Convenção pode resultar em sanções morais para o Brasil!

8ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I*

Mas a exploração ao Trabalho Infantil está com os dias contados! Quem garante é a OIT – Organização Internacional do Trabalho – e a UNICEF. Através de um convênio com o Governo Federal e o estado, as duas Instituições começam a cadastrar famílias num programa que vai dar dinheiro para botar os filhos na escola! O auxílio financeiro é uma forma de erradicar o Trabalho Infantil.

Na perspectiva dessas relações, o exercício de poder está presente entre o Governo – na forma como estabelece os programas sociais e legislações de proteção – e a população alvo, objeto desse poder. Enquanto Foucault postula que um dos princípios da governamentalidade é “Gerir a população [...] em profundidade, minuciosamente, no detalhe (FOUCAULT, 1985, p. 291), associando a noção de governo a de domínio em todas as esferas sociais, por meio de táticas diversas, Rose (1998) mostra que a disseminação dessas técnicas está vinculada à criação de grupos de *experts*, ou seja, especialistas e técnicos que multiplicam os domínios do poder, nos campos microfísicos das relações de forças sociais. Esses *experts* estão presentes em todo o campo social, encarregados de produzir subjetividades auto-controláveis.

A partir do momento em que o governo incorporou a educação, tratando -a como tarefa do Estado, criou-se a figura da autoridade educacional com a finalidade de gerir o bem-estar social, a disciplina e a moral a serviço da governamentalidade. Desse modo, a educação passou a ser gerida por esse grupo de *experts* do poder, autorizado em suas práticas pelos conhecimentos científicos que detinham a utilizar técnicas pedagógicas, adequadas à ideologia e ao sucesso da educação estatal.

Cabe a esse grupo de especialistas, na perspectiva da produção dos sujeitos, a tarefa de promulgar discursos que funcionam como *regimes de verdade*, ou seja “[...] discurso que ela [a sociedade] acolhe e faz funcionar como verdadeiro [segundo] o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro “ (FOUCAULT, 1985, p. 12). Esses discursos, nas entrevistas, encontram -se instituídos tanto por *vozes autorizadas*, quanto pela mídia:

1ª Reportagem: *Crianças Catadoras de Isca no Pantanal de MS*

Mostramos as imagens para a Coordenadora do Programa de Erradicação do trabalho Infantil de Mato grosso do Sul. Ela ficou surpresa com o que viu! Marina Sampaio, Coordenadora do “Peti”, disse:

- De repente a gente não tem uma solução com a rapidez que o caso requer, mas temos que buscar alternativas e vamos ter que encontrar uma fórmula, nem que seja uma escola flutuante para que possa atender essas crianças... que elas tenham acesso à educação!

2ª Reportagem: Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez

A professora, Cristiane Velasco, diz:

- É gratificante, no final, quando elas aprendem uma letri nha!

A chefe do Núcleo de Educação de Corumbá, Maria Eulina dos Santos, diz:

- São cidadãos brasileiros, que não eram conhecidos como tal!

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

Especialistas garantem que criança nessa idade não tem capacidade de concentração. Fica, por isso, mais exposta ao perigo.

Uma das preocupações das autoridades que lutam para erradicar o trabalho infantil no Estado é com a saúde de pequenos trabalhadores.

5ª Reportagem: Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – MS

Senador Cristóvão Buarque: - O Trabalho Infantil é uma calamidade pública! Enquanto o trabalho infantil for apenas um problema... a gente vai deva gar... Aí, diz “tá melhorando...” Leva 10 anos! Já pensou nesse sofrimento há 10 anos, para essas crianças que trabalham? E o prejuízo para o Brasil, pois elas trabalham e deveriam estar na escola?!

7ª Reportagem: Crianças Vendendo Jornais no Trânsito II

Chefe do DRT: As crianças que trabalham... elas têm um problema físico e emocional, principalmente além do que elas deixam de freqüentar a escola por cansaço físico, por falta de cumprir os seus deveres. No físico elas sentem dores de cabeça e depressão.. .

8ª Reportagem: Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I

Nessa primeira fase, o Programa vai atingir mil crianças que ficarão livres da exploração nas carvoarias e reconquistarão o direito de estudar! (*Regime de verdade promulgado pela mídia televisiva.*)

O papel desses *expertises*, portanto, é o de produzir subjetividades, de acordo com a ideologia que determina as práticas sociais em determinado momento da história. No *corpus* analisado, esse grupo é constituído por todos aqueles que ocupam o lugar social de especialistas em educação e de combate à exploração do trabalho infantil. É interessante notar que a voz desses *expertises* ao promulgar regimes de verdades, acaba por justificar as práticas sociais e políticas públicas adotadas pelo poder . Nesse sentido, a mídia televisiva também funciona como grande produtora de regimes de verdade do poder, apesar de declarar-se contrária a esse mesmo poder.

Identifica-se, ainda, nas entrevistas a relação de forças nos moldes descritos por Foucault, onde as ações ocorrem, por parte dos indivíduos imediatamente, como forma de reação ao poder manifesto, ou ao não cumprimento das ações prometidas:

10ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

Repórter TV Morena: Os vales-cidadania, em atraso, trouxeram a Eliane de volta ao trabalho. Ela estuda à tarde e passa as manhãs na carvoaria!

Repórter TV Morena: Outras crianças passam a metade do dia ajudando os pais, mas contrariando o objetivo do Programa, criado para acabar com o Trabalho Infantil! Isso acontece porque a principal exigência do Convênio não saiu do papel! As crianças deveriam passar o dia inteiro na escola! Faltam professores e funcionários, para que as escolas possam funcionar em período integral!

Reconhece-se nos fragmentos acima o que Foucault chama de resistência, cujo alvo é o Estado, que age como regulador dos corpos. Os indivíduos, apesar de estarem sujeitos ao domínio estatal, não são criaturas passivas, manifestando atitudes de resistência e organizando estratégias para garantirem seus direitos, no mesmo contexto do embate da relação de forças. É o que acontece quando, ao não receberem os vales - cidadania em dia, os indivíduos retornam ao trabalho nas carvoarias como forma de chamar a atenção da imprensa.

Resta-nos, enfim, lembrar, a partir do pensamento de Foucault (1985), que apesar de o acúmulo de saberes possibilitar o aumento do controle e, por conseguinte, o exercício do poder de modo mais intenso; o aspecto positivo da ação desse mesmo poder é o estímulo ao indivíduo para desenvolver comportamentos e hábitos que determinam novas maneiras de viver. É o que se vê nas entrevistas, nos adolescentes que trabalham no poder judiciário, e que enxergam na aquisição desses saberes novas oportunidades de sucesso e ascensão social:

6ª Reportagem: *Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres*

Ele trabalha no setor administrativo do Poder Judiciário; quer adquirir experiência profissional para ter uma vida melhor! Márcio, diz:

- Ainda mais trabalhando no Poder Judiciário! O pessoal, lá fora, respeita muito o Poder Judiciário! Referência ótima, aqui!

Portanto, quando o poder encarna a política em favor da educação a positividade se materializa no ato político do Estado de criar instituições com o objetivo de prestar serviços educacionais a essa população, possibilitando a aquisição de novos saberes e novas formas de viver.

As escolas, portanto, passaram a ser, principalmente neste século, grandes produtoras de subjetividades, saberes e regimes de verdades, tornando-se alvos de observações científicas, tanto de natureza pedagógica, quanto psicológica. Tem -se, nesse sentido, como exemplo, os estudos de Piaget (POSTMAN, 1999, p. 77-8), sobre o desenvolvimento da criança a partir da observação no interior das instituições.

Querendo ou não, a população se apropriou desses saberes, criando gradativamente uma nova prática social, novas condições culturais e diferentes formas de subjetivação, que apontam, segundo Rose (1998, p. 151) para sujeitos que aspiram por autonomia, lutam por realização pessoal, interpretam a realidade e o destino como problemas de responsabilidade individual, definindo sua vida, a partir de escolhas pessoais. Em outras palavras, são sujeitos que lutam pelo auto-governo.

Conclusão

Observa-se, nas análises, a existência de três discursos distintos: o discurso moral, atrelado à possibilidade de um futuro melhor para a criança; o legal, fundamentado no direito da criança, contrário à exploração do trabalho infantil e o discurso do trabalho como elemento regenerador da infância pobre. Esses discursos ora legitimam o fato da criança trabalhar, ora se opõem ao trabalho, na perspectiva de uma vida mais substancial para essa infância.

Há um paradoxo na maneira como a televisão propõe a imagem da infância, que acaba por refletir na criação das subjetividades dos sujeitos que assistem aos seus programas. A fragmentação e a contradição, portanto, serão parâmetros na construção dessas identidades. Essas práticas são regulamentadas, controladas e submetidas a uma *ordem do discurso*, que organiza e interdita o que pode e deve ser dito em determinado contexto histórico e podem ser observadas no interior das fronteiras de enunciações que perpassam todo o campo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. 1.ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BIRARDI, Ângela; CASTELANI, Gláucia Rodrigues; BELATTO, Luiz Fernando B. *O Positivismo, os Annales e a Nova História*. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html> Acesso em: 26 jan. 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CORACINI, Maria José e BERTOLDO, Ernesto Sergio (orgs). *O desejo da teoria e a contingência da prática. Discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira)*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. *Os deslizamentos do espetáculo político*. In.: GREGOLIN, Maria do Rosário, (org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21 – 34.

_____. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Post scriptum sobre as sociedades de controle*. In. DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1992, p. 219-26.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 5.ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 29. ed., Petrópolis: Vozes, 2004 a.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise(org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HELD, David & MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. Mídia, memória e identidade . In.: *Mídia e rede de memória*. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição e POSSENTI, Sírio. (Orgs.). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p. 93-110.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Segmentar ou recortar?* In: GUIMARÃES, Eduardo. (org.) *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos, n.10. Uberaba: Fiube, 1984.
- PIOVEZZANI FILHO, Carlos Félix. *Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade*. In.: GREGOLIN, Maria do Rosário, (org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 49-64.
- POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Trad. Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- ROSE, Nikolas. *Inventing our selves: psychology, power and personhood*. Cambridge, Cambridge: University Press, 1998.
- USHER, Robin & EDWARDS, Richard. *Postmodernism and education*. Londres/Nova York, Routledge.

